

Parecer nº 231/99

Data: 1999.12.22

Processo nº 797

Requerente: Cristiana Elizabete Benedetti Conde de Sousa

1 . O pedido

Cristiana Elizabete Benedetti Conde de Sousa, identificada no processo, requereu ao Hospital de Santa Maria relatório clínico de seu pai, Henrique Vicente Conde de Sousa, referente a período de internamento deste, que decorreu entre 19 de Fevereiro a 9 de Março de 1994, entretanto falecido em 10 de Abril de 1996. Alegou necessitar a dita Cristiana Elizabete Benedetti Conde de Sousa de aceder ao documento, para judicialmente “invalidar um pagamento feito indevidamente em Março de 1996 e sem autorização das filhas”.

Nos termos do artigo 15º, nº 2 e 4, da Lei de Acesso aos Documentos da Administração (Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, conhecida pela sigla LADA), na redacção da Lei nº 94/99, de 16 de Julho (redacção que se terá em conta em todas as citações que dela a seguir se fizerem), o referido Hospital solicitou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer sobre a possibilidade de revelação do documento a que a identificada requerente pretende aceder.

Com o objectivo de melhor esclarecer qual a necessidade da requerente pretender aceder a documento para invalidar pagamento efectuado dois anos depois, e ainda explicar a razão da invalidade do pagamento e da necessidade de autorização das filhas para efectuar o mesmo, foi a requerente convocada para reunião havida nos serviços da CADA, onde foi por esta dito, em resumo, que:

a) O documento pretendido, marca o início de doença do pai que sofreu um acidente

vascular cerebral, doença que se prolongou por dois anos, ao longo dos quais a falência física de seu pai se foi acentuando de forma notória, agravado pelo facto de ser insulino-dependente, sofrendo de retinopatia diabética, o que provocou a sua cegueira nos últimos meses de vida.

- b) O agravamento do estado de saúde de seu pai, e a dependência física que foi tendo ao longo da sua doença, impossibilitou a ex-mulher do falecido, e mãe da requerente, de o continuar a assistir, tendo sido contratado os serviços de pessoa que recebe doentes em casa e lhes presta assistência.
- c) Esses serviços custavam a quantia de Esc: 150 000\$00/mês, e, nos últimos meses de vida de seu pai, Esc: 180 000\$00/mês, sendo os Esc: 30 000\$00 adicionais para despesas extra.
- d) Todas as mensalidades da prestação de serviço foram pagas, tendo sido accionado o mês de caução para pagar o mês de Abril, mês do falecimento.
- e) Para proceder ao pagamento das mensalidades da prestação de serviços de assistência, o pai da requerente pedia à sua ex-mulher para chamar um funcionário do banco, onde este era conhecido e tinha as suas contas bancárias, que se deslocava ao local onde se encontrava o pai, transmitindo-lhe este, o valor a debitar em conta, e procedendo à recolha da impressão digital do pai, que por ser invisual não conseguia assinar.
- f) Nos últimos 15 dias de vida do pai da requerente, esta e sua irmã não o foram ver, e a ex-mulher do falecido, foi impedida de ver o seu ex-marido, apesar de diariamente o ter visitado e acompanhado no que era preciso, até essa data.
- g) No dia 28/29 de Março, a Requerente recebe em sua casa, como habitualmente, um extracto da conta de seu pai, verificando que havia sido debitada a quantia de Esc:

550 000\$00.

- h) Por informação colhida junto do Banco, têm conhecimento que o funcionário do Banco tinha sido chamado ao local onde se encontrava o pai, para este levantar dinheiro, e que o funcionário do banco teria dito que não efectuava a transferência, por lhe parecer que o pai da requerente não estava consciente daquele acto, exigindo a presença de notário, para recolher a impressão digital e para proceder à transferência na presença de notário.
- i) Na sequência do sucedido, a dona da casa terá chamado uma funcionária de notário, na presença da qual, o funcionário do banco efectuou o pedido de transferência, para conta em nome de conhecido ou familiar da dona da casa que prestava assistência ao doente;
- j) Sendo este o pagamento que a requerente pretende invalidar, bem como outro que a tal dona da casa reclama, em acção judicial, proposta contra a herança indivisa aberta por óbito do pai da requerente, no montante de Esc: 428 640\$00.
- k) O documento a aceder marca o início da doença de seu pai, sendo necessário para, em conjunto com outra documentação, organizar a defesa na acção mencionada e permitir discutir a validade do anterior pagamento.

2 . Os factos

Consideram-se provados os alegados vínculo de parentesco e falecimento, através de fotocópia de bilhete de identidade da requerente e fotocópia do assento de óbito do referido Henrique Vicente Conde de Sousa, que se juntaram ao processo.

Considera-se provada também, a pendência de acção declarativa de condenação com processo sumário interposta contra a herança indivisa aberta por óbito de Henrique

Vicente Conde de Sousa, na 2ª secção do 11º Juízo do Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, processo nº 2495, cuja fotocópia da petição inicial foi junta ao presente processo

3. Do Direito

3.1 Em relação aos documentos nominativos, isto é, aos documentos administrativos que contenham dados pessoais – cf. o artigo 4º, nº 1, alíneas b) e c) da LADA-, como são, em regra, o relatório clínico, é permitido o seu acesso ao titular desses dados, sem necessitar, sequer, de invocar um interesse ou motivo (cf. artigo 8º, nº 1, da LADA). Já o acesso de terceiros a tais dados só é permitido desde que sejam, cumulativamente, satisfeitas as seguintes condições:

- Demonstração de um interesse directo, pessoal e legítimo (cf. artigo 8º, nº 2, da LADA);
- Obtenção de parecer favorável da CADA(cf. artigos 15º, nº 2, e 20º, nº 1, alínea c), da LADA).

3.2 É doutrina da CADA que o interesse directo, pessoal e legítimo existe em certas situações em que um familiar próximo da pessoa falecida, a quem se referem os dados a aceder, necessita conhecer, com a maior certeza possível o seu estado de saúde, com repercussão na causa da sua morte.

A CADA tem entendido que o interesse pessoal e legítimo existe sempre que, naqueles casos, os dados clínicos contidos no documento a que se pretenda aceder se destinem a fazer valer direitos ou a contestar obrigações eventualmente decorrentes da morte da pessoa a quem dizem respeito (cf. Parecer nº 8/98, de 21/01/98, in 4º Relatório de Actividades)

O presente caso apresenta similitude factológica com o Proc. Nº 736, aprovado, na presente sessão, pelo que nos iremos socorrer da fundamentação de Direito aí apresentada.

Assim, no presente caso afigura-se-nos que “a requerente é titular de interesse directo, pessoal e legítimo uma vez que, o acesso ao conteúdo dos documentos se apresenta, eventualmente, relevante e digno de protecção, no contexto da acção judicial em curso.

O que está em causa é saber, tão só, se o falecido estava em condições de querer ou de manifestar, de forma consciente e livre a sua vontade. Deste modo, o acesso deve limitar-se ao "estritamente necessário" ao apuramento deste facto com informação, circunscrita, sobre diagnóstico que permitiria apurar a liberdade relativa à disposição de bens.

A CADA, muito embora deva pronunciar-se sobre as questões de acesso a documentos nominativos, deve considerar as circunstâncias do caso e as finalidades determinantes do pedido (artigo 8º nº 2 e 10º nº 3).

Entende-se que o Hospital (vg. através do director clínico) deve expurgar a informação relativa à reserva da vida privada não relevante para o presente caso e limitar-se a reproduzir os elementos constantes da documentação clínica solicitada que permitam ao tribunal apreciar se o falecido, à data do internamento, estaria ou não física e psiquicamente em condições de querer e manifestar a sua vontade e de tomar qualquer decisão.

4 Parecer

Nestes termos a CADA delibera emitir o seguinte Parecer:

- 4.1 A requerente é titular de interesse directo, pessoal e legítimo, no contexto supra exposto, e para fazer valer interesses relevantes em acção judicial em curso;
- 4.2..Considera a CADA que o Hospital deve expurgar a informação relativa à reserva da vida privada não relevante para o presente caso e limitar-se a reproduzir os elementos constantes da documentação clínica solicitada, estritamente necessários à apreciação do Tribunal.

Envie-se cópia do presente parecer à requerente e ao Hospital.

Vasco Almeida (Relator) – João Figueiredo – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)